



Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.014.747/0001-35

Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Salas 601 e 301, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2015, da Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Ágora CTVM"), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No semestre, a Ágora CTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 16,2 milhões, correspondente a R\$ 1.188,23 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 442,9 milhões e Ativos Totais de R\$ 894,6 milhões.

Rio de Janeiro, RJ, 29 de julho de 2015.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

ATIVO	2015	2014	PASSIVO	2015	2014
CIRCULANTE	549.535	697.405	CIRCULANTE	451.652	479.294
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	3.004	934	CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	-	3.676
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	337.700	451.700	Carteira Própria (Nota 14)	-	3.676
Aplicações no Mercado Aberto	337.700	451.700	OUTRAS OBRIGAÇÕES	451.652	475.618
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS			Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	3	2
DERIVATIVOS (Nota 6a)	2.605	51.367	Sociais e Estatutárias (Nota 17d)	20.429	20.314
Carteira Própria	2.605	442	Fiscais e Previdenciárias (Nota 16a)	5.527	5.880
Vinculados à Prestação de Garantias	-	50.925	Negociação e Intermediação de Valores (Nota 8)	417.173	440.844
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	15.620	19.378	Diversas (Nota 16b)	8.520	8.578
Financiamentos de Títulos e Valores Mobiliários	15.697	19.474			
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(77)	(96)			
OUTROS CRÉDITOS	186.781	171.972	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	442.898	330.544
Rendas a Receber (Nota 9a)	23	172	Capital:		
Negociação e Intermediação de Valores (Nota 8)	180.124	169.595	- De Domiciliados no País (Notas 17a e b)	263.000	163.000
Diversos (Nota 9b)	6.761	2.315	Reservas de Lucros (Nota 17c)	179.572	167.521
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(127)	(110)	Ajustes de Avaliação Patrimonial	326	23
OUTROS VALORES E BENS	3.825	2.054			
Despesas Antecipadas (Nota 10)	3.825	2.054			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	327.334	102.540	TOTAL	894.550	809.838
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS					
DERIVATIVOS (Nota 6a)	313.976	89.786			
Carteira Própria	133.475	12.699			
Vinculados a Operações Compromissadas	-	3.696			
Vinculados à Prestação de Garantias	180.501	73.391			
OUTROS CRÉDITOS	13.358	12.754			
Diversos (Nota 9b)	13.358	12.754			
PERMANENTE	17.681	9.893			
INVESTIMENTOS (Nota 11)	2.683	2.573			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País	1.776	1.666			
Outros Investimentos	907	907			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	7.088	2.189			
Outras Imobilizações de Uso	16.581	10.419			
Depreciação Acumulada	(9.493)	(8.230)			
INTANGÍVEL (Nota 13)	7.910	5.131			
Ativos Intangíveis	13.432	8.554			
Amortização Acumulada	(5.522)	(3.423)			
TOTAL	894.550	809.838			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

	2015	2014
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	40.940	31.518
Operações de Crédito	2.446	3.135
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	38.498	28.385
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 6b)	(4)	(2)
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	112	260
Operações de Captações no Mercado (Nota 14)	85	147
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7f)	27	113
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	40.828	31.258
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(13.944)	(10.770)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 18)	32.456	30.438
Despesas de Pessoal (Nota 19)	(10.056)	(10.489)
Outras Despesas Administrativas (Nota 20)	(31.245)	(28.355)
Despesas Tributárias (Nota 21)	(4.274)	(2.176)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 11a)	64	33
Outras Receitas Operacionais (Nota 22)	673	485
Outras Despesas Operacionais (Nota 23)	(1.562)	(706)
RESULTADO OPERACIONAL	26.884	20.488
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	101	36
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	26.985	20.524
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 25a e b)	(10.737)	(8.210)
LUCRO LÍQUIDO	16.248	12.314
Número de ações (Notas 17a e b)	13.674.157	10.465.021
Lucro por lote de mil ações em R\$	1.188,23	1.176,68

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Reservas de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Totais
	Capital Social	Legal	Estatutária			
Saldos em 31.12.2013	163.000	2.143	173.181	62	-	338.386
Dividendos Declarados	-	-	(20.000)	-	-	(20.000)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(39)	-	(39)
Lucro Líquido	-	-	-	-	12.314	12.314
Destinações: - Reservas	-	616	11.581	-	(12.197)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(117)	(117)
Saldos em 30.6.2014	163.000	2.759	164.762	23	-	330.544
Saldos em 31.12.2014	263.000	2.555	160.923	(186)	-	426.292
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	512	-	512
Lucro Líquido	-	-	-	-	16.248	16.248
Destinações: - Reservas	-	813	15.281	-	(16.094)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(154)	(154)
Saldos em 30.6.2015	263.000	3.368	176.204	326	-	442.898

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

Descrição	2015	%	2014	%
1 - RECEITAS	72.581	159,9	61.658	169,4
1.1) Intermediação Financeira	40.940	90,2	31.518	86,6
1.2) Prestação de Serviços	32.456	71,5	30.438	83,6
1.3) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(27)	(0,1)	(113)	(0,3)
1.4) Outras	(788)	(1,7)	(185)	(0,5)
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(85)	(0,2)	(147)	(0,4)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(25.038)	(55,1)	(23.952)	(65,8)
Serviços de Terceiros	(194)	(0,4)	(285)	(0,8)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(748)	(1,6)	(864)	(2,4)
Materiais, Água, Energia e Gás	(663)	(1,5)	(515)	(1,4)
Serviços Técnicos Especializados	(1.819)	(4,0)	(1.090)	(3,0)
Processamento de Dados	(5.999)	(13,2)	(5.469)	(15,0)
Comunicação	(1.910)	(4,2)	(2.167)	(6,0)
Transporte	(42)	(0,1)	(36)	(0,1)
Viagens	(151)	(0,3)	(128)	(0,4)
Manutenção e Conservação de Bens	(362)	(0,8)	(237)	(0,6)
Serviços do Sistema Financeiro	(12.655)	(27,9)	(12.827)	(35,2)
Outros	(495)	(1,1)	(334)	(0,9)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	47.458	104,6	37.559	103,2
5 - DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES	(2.148)	(4,7)	(1.190)	(3,3)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	45.310	99,9	36.369	99,9
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	64	0,1	33	0,1
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	64	0,1	33	0,1
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	45.374	100,0	36.402	100,0
9 - DISTRIBUIR VALOR ADICIONADO	45.374	100,0	36.402	100,0
9.1) Pessoal	8.916	19,6	9.378	25,8
Proventos	4.963	10,9	4.870	13,4
Benefícios	1.610	3,6	1.557	4,3
FGTS	416	0,9	424	1,2
Outros	1.927	4,2	2.527	6,9
9.2) Impostos, Taxas e Contribuições	16.151	35,7	11.497	31,6
Federais	15.385	34,0	10.814	29,7
Municipais	766	1,7	683	1,9
9.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	4.059	8,9	3.213	8,8
Aluguéis	3.056	6,7	2.842	7,8
Arrendamento de Bens	1.003	2,2	371	1,0
9.4) Remuneração de Capitais Próprios	16.248	35,8	12.314	33,8
Dividendos	154	0,3	117	0,3
Lucros Retidos	16.094	35,5	12.197	33,5

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

	2015	2014
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	26.985	20.524
Ajustes ao Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	3.287	1.711
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(64)	(33)
Depreciações e Amortizações	2.148	1.190
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	27	113
Despesas com Provisões Trabalhistas e Fiscais	1.176	440
Perda na Venda de Imobilizado	-	1
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	30.272	22.235
Aumento em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(22.116)	(90.310)
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito	237	(9.369)
Aumento/(Redução) em Captações no Mercado Aberto	(2.463)	1.063
Aumento em Outras Obrigações	38.847	115.390
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(3.553)	(10.727)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	41.224	28.282
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
(Aumento)/Redução em Títulos Disponível para Venda	(17.864)	16.617
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.909)	(410)
Aquisição de Intangível	(3.599)	(1.776)
Dividendos Recebidos	1	-
Caixa Líquido Proveniente das/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(23.371)	14.431
Aumento Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	17.853	42.713
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	322.851	409.921
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	340.704	452.634
Aumento Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	17.853	42.713

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Ágora CTVM" ou "Instituição") tem como objetivo principal intermediar operações de ações e contratos futuros, admitidas às negociações na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, inclusive a administração de carteira de valores mobiliários por intermédio de carteiras de fundos, clubes de investimentos e outros assemelhados, além da execução de outros serviços ou atividades correlacionados à administração de recursos, podendo, para tal fim, celebrar convênios, bem como comprar e vender participações societárias e participar como sócia ou acionista de outras Sociedades. É parte integrante da Organização Bradesco ("Organização"), sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas, que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 29 de julho de 2015.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

continua...

...continuação



Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.014.747/0001-35

Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Salas 601 e 301, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior, que são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - classificação

• Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria;

• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e

• Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As operações que envolvem instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender as necessidades próprias para administrar a exposição global da Instituição, no sentido de administrar suas posições. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

g) Operações de créditos, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	B
• de 31 a 60 dias	C
• de 61 a 90 dias	D
• de 91 a 120 dias	E
• de 121 a 150 dias	F
• de 151 a 180 dias	G
• superior a 180 dias	H

A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação

são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

h) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e atualização de depósitos judiciais são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

As modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e alterações posteriores, foram contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente instituído pela Lei nº 12.973/14.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, bem como a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 25.

i) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrados nos resultados de acordo com o regime de competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando não são mais esperados benefícios futuros.

j) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais do capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

k) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: equipamentos de uso, móveis e utensílios e sistemas de segurança e comunicação - 10% ao ano e sistemas de processamento de dados - 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

l) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. Compostos basicamente por *software*, que são registrados ao custo, deduzidos da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados.

m) Captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

n) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

o) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

• Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

• Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

• Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 15.

p) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).

q) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Disponibilidades em moeda nacional	3.004	934
Total de disponibilidades (caixa)	3.004	934
Aplicações no mercado aberto (1)	337.700	451.700
Total de caixa e equivalentes de caixa	340.704	452.634

(1) Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Vencimentos

	Em 30 de junho - R\$ mil		
	1 a 90 dias	2015	2014
Aplicação no mercado aberto:			
Posição bancada	337.700	337.700	451.700
Letras do tesouro nacional	337.700	337.700	451.700
Total em 2015	337.700	337.700	451.700
Total em 2014	451.700		451.700

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Rendas de aplicações em operações compromissadas:		
Posição bancada	21.460	21.288
Total (Nota 6b)	21.460	21.288

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação por categorias e prazos

Títulos (1)	2015				2014				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (2)	Marcação a mercado
Títulos disponíveis para venda									
Ações	51	-	-	-	51	96	(45)	72	(24)
Letras financeiras do tesouro	14	-	-	311.882	311.896	311.284	612	136.212	76
Letras do tesouro nacional	-	-	75	423	498	514	(16)	428	-
Notas do tesouro nacional	-	-	-	140	140	147	(7)	302	(14)
Certificados de depósito bancário	-	2.465	-	1.531	3.996	3.996	-	4.139	-
Total em 2015	65	2.465	75	313.976	316.581	316.037	544	141.153	38
Total em 2014	72	51.036	259	89.786					

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponíveis, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes; e

(2) Representado pelos títulos de carteira própria, sendo que o ajuste no patrimônio líquido corresponde a R\$ 326 mil (2014 - R\$ 23 mil), líquido dos efeitos tributários.

b) Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	21.460	21.288
Títulos de renda fixa	17.064	7.225
Títulos de renda variável	(26)	(128)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(4)	(2)
Total	38.494	28.383

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Ágora CTVM não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos próprios nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e de 2014.

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITOS E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Modalidades e prazos

Operações de crédito	Curso anormal					Em 30 de junho - R\$ mil			
	Parcelas vencidas					Total (A)			
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	2015	%	2014	%
Financiamentos	1	-	-	3	4	8	6,8	-	-
Outros créditos (1)	29	8	30	29	14	110	93,2	26	100,0
Total em 2015	30	8	30	32	18	118	100,0	26	100,0
Total em 2014	1	3	2	3	17			26	100,0

(1) Outros créditos compreendem títulos e créditos a receber.

Operações de crédito	Curso normal				Em 30 de junho - R\$ mil				
	Total (B)				Total geral (A+B)				
	1 a 30 dias	2015	%	2014	%	2015	%	2014	%
Financiamentos	15.689	15.689	100,0	19.474	100,0	15.697	99,3	19.474	99,8
Outros créditos (1)	-	-	-	7	-	110	0,7	33	0,2
Total em 2015	15.689	15.689	100,0	19.481	100,0	15.807	100,0	19.507	100,0
Total em 2014	19.481								

(1) Outros créditos compreendem títulos e créditos a receber.

continua...

...continuação



Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.014.747/0001-35

Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Salas 601 e 301, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Modalidades e níveis de riscos

Operações de crédito	Nível de risco										Em 30 de junho - R\$ mil			
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2015	%	Total	2014	%
Financiamentos	1.550	14.139	1	-	-	-	-	-	7	15.697	99,3	19.474	99,8	
Outros créditos (1)	-	-	26	9	29	1	26	1	18	110	0,7	33	0,2	
Total em 2015	1.550	14.139	27	9	29	1	26	1	25	15.807				
%	9,8	89,4	0,2	0,1	0,2	-	0,2	-	0,1		100,0			
Total em 2014	284	19.190	1	10	2	1	-	2	17			19.507		
%	1,5	98,4	-	-	-	-	-	-	0,1				100,0	

(1) Outros créditos compreendem títulos e créditos a receber.

c) Concentração das operações de crédito e outros créditos

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2015		2014	
	R\$	%	R\$	%
Maior devedor	4.814	30,5	4.506	23,1
Dez maiores devedores	8.442	53,4	12.669	64,9
Vinte maiores devedores	10.144	64,2	14.332	73,5
Cinquenta maiores devedores	12.559	79,5	16.682	85,5
Cem maiores devedores	14.378	91,0	18.408	94,4

d) Setor de atividade econômica

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2015		2014	
	R\$	%	R\$	%
Setor privado				
Indústria	107	0,7	1	-
Comércio	4	-	-	-
Serviços	30	0,2	162	0,8
Pessoa física	15.666	99,1	19.344	99,2
Total	15.807	100,0	19.507	100,0

e) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Níveis de risco	Saldo da carteira				Provisão				Percentual mínimo requerido
	Curso			%	Provisão requerida		2015	2014	
	Normal	Anormal	Total		Genérica	Específica			
AA	1.550	-	1.550	9,8	-	-	-	-	-
A	14.139	-	14.139	89,4	71	-	71	96	0,50
B	-	27	27	0,2	-	-	-	-	1,00
C	-	9	9	0,1	-	-	-	-	3,00
Subtotal	15.689	36	15.725	99,5	71	-	71	96	
D	-	29	29	0,2	-	3	3	-	10,00
E	-	1	1	-	-	-	-	-	30,00
F	-	26	26	0,2	-	13	13	-	50,00
G	-	1	1	-	-	1	1	2	70,00
H	-	25	25	0,1	-	25	25	17	100,00
Subtotal	-	82	82	0,5	-	42	42	19	
Total em 2015	15.689	118	15.807		71	42	113		
%	99,3	0,7	100,0	100,0	62,8	37,2	100,0		
Total em 2014	19.481	26	19.507		96	19		115	
%	99,9	0,1	100,0	100,0	83,5	16,5		100,0	

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Saldo inicial	109	77
Constituição líquida de reversão	27	113
Baixas para prejuízo	(23)	(75)
Saldo final - com características de concessão de crédito (A)	113	115
Provisão específica (1)	42	19
Provisão genérica (2)	71	96
Saldo final - sem características de concessão de crédito (B)	91	91
Total da provisão para créditos de liquidação duvidosa (A+B)	204	206
Recuperação de créditos baixados com prejuízo (3)	-	75

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;

(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadradas no item anterior;

(3) Classificadas em receitas de operações de crédito, como previsto nas normas e instruções do BACEN.

8) NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES

Os saldos ativos e passivos referem-se às transações efetuadas por conta de clientes nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, cuja liquidação financeira é efetuada no mês seguinte, conforme composição demonstrada a seguir:

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	Outros créditos		Outras obrigações	
	2015	2014	2015	2014
Devedores/credores por conta de liquidação pendente	178.830	47.913	287.248	438.799
Caixa de registro e liquidação	1.203	121.591	128.014	239
Comissões e corretagens a pagar	-	-	1.801	1.717
Outros créditos/obrigações por negociação e intermediação de valores	91	91	110	89
Total	180.124	169.595	417.173	440.844

9) OUTROS CRÉDITOS

a) Rendas a receber

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Serviços prestados - taxa de custódia e de administração	23	98
Comissões e corretagens	-	74
Total	23	172

b) Diversos

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Devedores por depósito em garantia	9.828	9.208
Impostos e contribuições a compensar	6.252	2.221
Créditos tributários (Nota 25c)	3.578	3.144
Adiantamentos e antecipações salariais	322	350
Títulos e créditos a receber	110	33
Devedores diversos	29	86
Outros	-	27
Total	20.119	15.069

10) DESPESAS ANTECIPADAS

Refere-se ao diferimento dos custos com prestação de serviços de terceiros.

11) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas".

Empresa	Em 30 de junho - R\$ mil									
	Patrimônio líquido			Quantidade de cotas possuídas (em milhares)	Participação no capital social (%)	Valor contábil		Ajuste decorrente de avaliação (1)		
	social	ajustado	ajustado			2015	2014	2015	2014	
Ágora Educacional Ltda.	1.574	1.776	64	1.574	99,999936	1.776	1.666	64	33	

(1) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, quando aplicáveis.

b) Outros investimentos referem-se, basicamente, a Título Patrimonial da BM&FBOVESPA, no montante de R\$ 898 mil (2014 - R\$ 898 mil).

12) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Em 30 de junho - R\$ mil				
	Taxa	Custo	Depreciação	Custo líquido de depreciação	
				2015	2014
Imobilizado de uso:					
- Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	4.334	(3.825)	509	665
- Sistema de segurança e comunicação	10%	1.185	(949)	236	315
- Sistema de processamento de dados	20%	11.062	(4.719)	6.343	1.209
Total em 2015		16.581	(9.493)	7.088	
Total em 2014		10.419	(8.230)		2.189

13) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por software e seu valor do custo líquido de amortização corresponde a R\$ 7.910 mil (2014 - R\$ 5.131 mil). A amortização acumulada corresponde a R\$ 5.522 mil (2014 - R\$ 3.423 mil).

14) CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

	Em 30 de junho - R\$ mil		
	1 a 30 dias	2015	2014
Carteira livre movimentação - títulos públicos	-	-	3.676
Total em 2015	-	-	-
Total em 2014	3.676	-	3.676

Despesas com operações de captações no mercado

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Captações no mercado aberto	85	147
Total	85	147

15) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" em razão da interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os processos com características semelhantes, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses. É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários não têm valores relevantes.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais.

As questões discutidas nas ações normalmente não constituem eventos capazes de causar impacto representativo no resultado financeiro da Instituição.

III - Movimentação das provisões constituídas

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	Trabalhistas	Cíveis
No início do 1º semestre de 2015	548	736
Constituições líquidas de reversões e baixas	20	1.156
Pagamentos	(3)	-
No final do 1º semestre de 2015 (Nota 16b)	565	1.892
No final do 1º semestre de 2014 (Nota 16b)	803	418

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Ágora CTVM figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

Em 30 de junho de 2015, os processos com esta classificação são relativos à PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e contribuição previdenciária no valor total de R\$ 28.051 mil (2014 - R\$ 26.679 mil).

16) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	3.799	5.109
Impostos e contribuições a recolher	1.248	756
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 25c)	480	15
Total	5.527	5.880

b) Diversas

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Provisão para pagamentos a efetuar	2.438	2.667
Provisões cíveis (Nota 15b - III)	1.892	418
Provisões trabalhistas (Nota 15b - III)	565	803
Outras (1)	3.625	4.690
Total	8.520	8.578

(1) Refere-se à participação de empregados nos lucros.

17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 263.000 mil (2014 - R\$ 163.000 mil) é representado por 13.674.157 (2014 - 10.465.021) ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de ações		R\$ mil
	2015	2014	
Em 30 de junho de 2014	10.465.021	163.000	
Aumento de capital - AGE de 28.11.2014 (1)	3.209.136	100.000	
Em 30 de junho de 2015	13.674.157	263.000	

(1) Em 1º de dezembro de 2014, foi homologada pelo BACEN, a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28.11.2014, deliberando aumentar o capital social da Instituição no montante de R\$ 100.000 mil, elevando-o de R\$ 163.000 mil para R\$ 263.000 mil, mediante a emissão de 3.209.136 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, com a integralização à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.

continua...

...continuação



Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.014.747/0001-35

Sede: Praia de Botafogo, nº 300 - Salas 601 e 301, Parte, Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

c) Reservas de lucros

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Reservas de lucros.....	179.572	167.521
- Reserva legal (1).....	3.368	2.759
- Reserva estatutária (2).....	176.204	164.762

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos. Conforme Ata da Reunião da Diretoria, realizada em 18 de dezembro de 2014, deliberou-se prorrogar para até 31.12.2015 o pagamento de dividendos no montante de R\$ 20.000 mil, declarados na Reunião de Diretoria de 30.4.2014. Em 30.6.2015 o valor dos dividendos foi de R\$ 20.429 mil (2014 - R\$ 20.314 mil), registrados em "Outras Obrigações - Sociais e Estatutárias".

Demonstrativo dos dividendos relativos aos semestres findos em 30 de junho:

	R\$ mil	
	2015	2014
Lucro líquido.....	16.248	12.314
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	(813)	(616)
Base de cálculo.....	15.435	11.698
Dividendos propostos.....	154	117
Percentual em relação à base de cálculo.....	1%	1%
Valor em Reais por lote de mil ações.....	11,26	11,18

18) RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Rendas de corretagens de operações em bolsas.....	25.040	23.744
Rendas de serviços de custódia.....	3.685	2.239
Comissão de intermediação de ações.....	3.018	3.598
Taxa de administração.....	629	749
Comissões de colocação de títulos.....	84	108
Total.....	32.456	30.438

19) DESPESAS DE PESSOAL

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Proventos.....	4.963	4.870
Participação dos empregados nos lucros.....	1.880	2.471
Benefícios.....	1.610	1.557
Encargos sociais.....	1.556	1.534
Treinamentos.....	27	34
Provisões trabalhistas.....	20	22
Outras.....	-	1
Total.....	10.056	10.489

20) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Serviços do sistema financeiro.....	12.655	12.827
Processamento de dados.....	5.999	5.469
Aluguéis.....	3.056	2.842
Depreciações e amortizações.....	2.148	1.190
Comunicação.....	1.910	2.167
Serviços técnicos especializados.....	1.819	1.090
Arrendamento de bens.....	1.003	371
Propaganda, promoções e publicidade.....	748	864
Materiais, água, energia e gás.....	663	515
Manutenção e conservação de bens.....	362	237
Serviços de terceiros.....	194	285
Viagens.....	151	128
Transporte.....	42	36
Outras.....	495	334
Total.....	31.245	28.355

21) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Contribuição à COFINS.....	2.950	1.217
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN.....	766	683
Contribuição ao PIS.....	479	198
Outras.....	79	78
Total.....	4.274	2.176

22) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Variações monetárias ativas.....	579	345
Multas.....	7	95
Receitas de recuperação de encargos e despesas.....	3	-
Outras.....	84	45
Total.....	673	485

23) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Provisões cíveis.....	1.156	418
Doações e patrocínios.....	27	-
Multas e juros.....	24	5
Variações monetárias passivas.....	-	3
Outros (1).....	355	280
Total.....	1.562	706

(1) Refere-se, basicamente, R\$ 346 mil (2014 - R\$ 267 mil) a perdas operacionais.

24) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com controlador, empresas controladas e coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2015	2014	2015	2014
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Disponibilidades:				
Banco Bradesco S.A. ...	1.140	718	-	-

Aplicações no mercado aberto:

Banco Bradesco S.A. ...	337.700	451.700	21.460	21.288
-------------------------	---------	---------	--------	--------

Títulos e valores mobiliários:

Banco Bradesco S.A. ...	3.996	4.139	458	168
-------------------------	-------	-------	-----	-----

Dividendos:

Banco Bradesco				
BBI S.A.	(20.429)	(20.314)	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e

• A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização.

Para 2015, foi determinado o valor máximo de R\$ 24 mil (2014 - R\$ 24 mil) para remuneração dos Administradores.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- I - Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
 - II - Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
 - III - Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
- Desta forma, não é efetuado pela Instituição, empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

25) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	26.985	20.524

Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente.....

	(10.794)	(8.210)
--	----------	---------

Efeito no cálculo dos tributos:

Participações em coligadas e controladas.....	26	13
-----------------------------------------------	----	----

Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....

	(120)	(91)
--	-------	------

Outros valores.....

	151	78
--	-----	----

Imposto de renda e contribuição social do semestre.....

	(10.737)	(8.210)
--	-----------------	----------------

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(7.497)	(8.315)

Impostos diferidos:

Constituição/realização no semestre, sobre adições temporárias.....	(20)	105
---------------------------------------------------------------------	------	-----

Realização no período sobre:

Base negativa de contribuição social.....	(1.208)	-
Prejuízo fiscal.....	(2.012)	-
Total dos impostos diferidos.....	(3.240)	105

Imposto de renda e contribuição social do semestre.....

	(10.737)	(8.210)
--	-----------------	----------------

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2014	Consti-tuição	Realização	Saldo em 30.6.2015
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	762	13	3	772
Provisões cíveis.....	294	463	-	757
Provisões trabalhistas.....	219	8	1	226
Outros valores.....	1.950	752	1.252	1.450
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias.....	3.225	1.236	1.256	3.205

Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.....

	3.593	-	3.220	373
--	-------	---	-------	-----

Subtotal.....

	6.818	1.236	4.476	3.578
--	--------------	--------------	--------------	--------------

Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda.....

	125	-	125	-
--	-----	---	-----	---

Total dos créditos tributários (Nota 9b).....

	6.943	1.236	4.601	3.578
--	--------------	--------------	--------------	--------------

Obrigações fiscais diferidas (Nota 16a).....

	125	355	-	480
--	------------	------------	----------	------------

Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas.....

	6.818	881	4.601	3.098
--	--------------	------------	--------------	--------------

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 3.387 mil (2014 - R\$ 2.949 mil), sendo R\$ 3.018 mil (2014 - R\$ 2.949 mil) de diferenças temporárias; e R\$ 369 mil de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Todos os créditos tributários da Ágora CTVM foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

A Instituição possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 480 mil (2014 - R\$ 15 mil) relativas a ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários R\$ 218 mil (2014 - R\$ 15 mil) e atualização monetária de depósitos judiciais R\$ 262 mil.

26) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Ágora CTVM, como parte integrante da Organização, adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários procedimentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - produzida efeito a partir de 1º de janeiro de 2016).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

c) Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

• a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;

• a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e

• o parcelamento especial de contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS.

A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nºs 1.515 e 1.520. Em nossa avaliação, não haverá impactos relevantes futuros em nossas demonstrações contábeis.

Em 1º de janeiro de 2015, para os não optantes, a Lei nº 12.973/2014 entrou em vigor, encerrando o período do Regime Tributário de Transição (RTT) e entrando em vigor um novo regime de tributação no Brasil.

Dentre outros assuntos, a referida Lei revogou o RTT, disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis, introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais e alterou a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

d) Em 20 de janeiro de 2015, foi publicada a Lei nº 13.097/15, que converteu a Medida Provisória nº 656/14. Dentre outros assuntos, essa Lei altera os valores dos limites para fins de dedutibilidade de perdas no recebimento de créditos para contratos inadimplidos a partir de 8 de outubro de 2014 (artigo 9º da Lei nº 9.430/96), sendo que para o estoque até 7 de outubro de 2014, ficam mantidos os valores limites atuais.

e) Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de 1º de setembro de 2015. A Instituição aguardará a conversão da MP 675/15 em Lei para uma análise mais profunda e conclusiva, uma vez que possíveis emendas à MP podem ser propostas pelo Congresso Nacional.

f) Não houve eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2015.

A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5 S - RJ

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS